



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco
Processo:	07043598120198010001
Classe do Processo:	Apelação
Data/Hora:	21/10/2020 16:28:37

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2619496_RECURSO_DE_AP ELACAO_01 - 1-6.pdf
Anexo - Petição:	2619496_RECURSO_DE_AP ELACAO_Anexo_02 - 1-3.pdf



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

PROCESSO N. 07043598120198010001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS SIMAO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 8 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO / AC

Processo n.º 07043598120198010001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: CARLOS SIMAO DE OLIVEIRA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, tendo em vista o pagamento administrativo realizado pela Seguradora, no valor de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, o qual entendeu ser aquém do devido.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Conforme se verifica dos documentos acostados pela parte apelante, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **08/12/2018**. Em razão do aludido sinistro, após a devida regulação administrativa, foi pago à parte Apelada, o valor de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Após dilação probatória, foi confeccionado laudo pericial, que consta às fls. dos autos. Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova, debitando-se o valor pago na via administrativa. Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma. Vejamos conclusão da perícia:

1ª LESÃO: Fratura rádio distal do punho direito.

R:

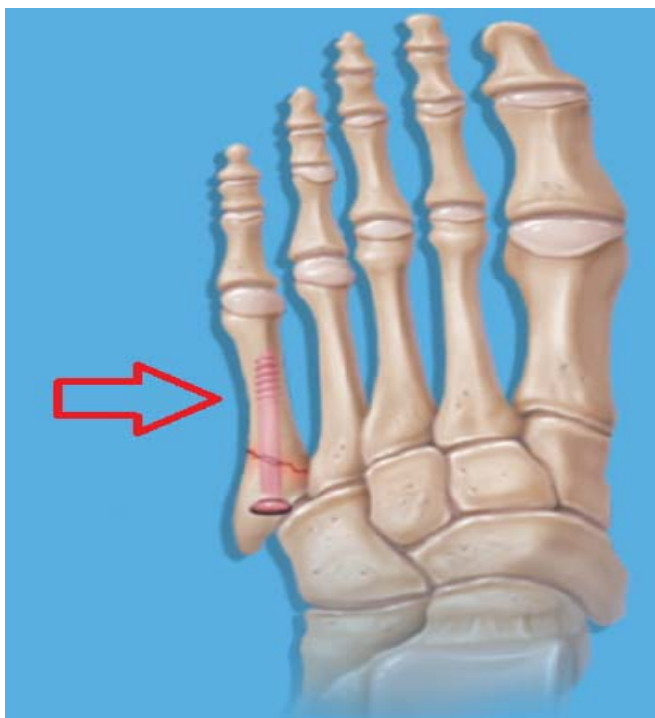
[] 10% Residual [] 25% Leve [x] 50% Média [] 75% Intensa [] 100% Total.

2ª LESÃO: Fratura do 5º metatarso do pé direito.

R:

[] 10% Residual [x] 25% Leve [] 50% Média [] 75% Intensa. [] 100% Total.

Vale ressaltar que o quinto metatarso do pé direito não seria o pé direito como um todo mas somente o quinto dedo do pé, vejamos ilustração abaixo:



Frisa-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos¹.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

¹PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

²**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10	R\$ 1.350,00

- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Repercussão	Valor da Indenização
50% (grau moderado)	R\$ 1.687,50
25% (grau leve)	R\$ 337,50

Sendo assim, na hipótese de manutenção da r. Sentença, o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, evidentemente descontando-se o valor pago na esfera administrativa, na razão de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), de modo que o valor da condenação **não poderá ultrapassar a monta de R\$ 337,50 (TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

DO ERRO MATERIAL NA DATA DO SINISTRO

Constou na decisão dos embargos de declaração o seguinte:

Diante do exposto, acolho em partes os presentes embargos declaratórios de fls. 252/255, para retificar erro material disposto na fundamentação da sentença (fl. 248), passando a constar: "No presente caso, o sinistro ocorreu em 08 de dezembro de 2019, ou seja, sob a vigência da Medida Provisória n. 340, de 29.12.2006, convertida, posteriormente, na Lei n. 11.482, de 31.05.2007, que definiu valores fixos, expressos em reais, à indenização securitária, para os casos de invalidez permanente, correspondente até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)", permanecendo inalterada as demais disposições.

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. decisum, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que o sinistro não ocorre em 08/12/2019 e sim em 08/12/2018.

Assim, data vênua, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou data equivocada.

Assim a apelante confia, espera destarte, se digne os ilustres julgadores corrigir o erro material se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado, devendo, ainda, ser abatida a verba paga na esfera administrativa, no montante de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o que perfaz um máximo indenizável de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 8 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na **4550 - OAB/AC** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CARLOS SIMAO DE OLIVEIRA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07043598120198010001.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PODER JUDICIÁRIO
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL

GRJ

DATA	13/10/2020
Nº	001.0119504-20
TOTAL	R\$ 236,25

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO				
Nome	: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA			
Endereço	:			
DADOS DO PROCESSO				
Número	: 0704359-81.2019.8.01.0001			
Tipo de custas	: Recursos		Data do cálculo	: 13/10/2020
Requerente	: Carlos Simão de Oliveira			
Requerido	: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A			
Nome da ação	: Procedimento Comum			
Área	: Cível		Vencimento	: 12/12/2020
Valor da causa	: R\$ 11.812,50	Perc. cálculo	: 100,00 %	
Cartório	: Secretaria da 3ª Vara Cível			
Comarca	: Rio Branco			
TAXA JUDICIÁRIA		SUBTOTAL R\$ 236,25		
Taxa Judiciária	CÓDIGO	CALCULADO	PAGO	VALOR
Recolhimento: Recurso de Apelação	1	236,25	0,00	236,25
Valor ação: 11.812,50	% Aplicado: 2,00			
Valor mínimo: 156,75	Valor máximo: 41.800,00			

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

TOTAL A RECOLHER
R\$ 236,25



| 001-9 |

Instruções para Pagamento

Até o vencimento, ou no 1º dia útil seguinte, se aquele não o for, poderá ser pago em qualquer banco participante da Compensação de Cobrança. Após o vencimento, deverá solicitar outro boleto ao PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO SACADO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121				Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6		Data de Vencimento 12/12/2020	
Data do Documento 13/10/2020	Nr. Documento 0704359-81.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 13/10/2020		Nosso-Número 28490980000084560	
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor		(-) Valor do Documento 236,25	

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida.
APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.

Autor: Carlos Simão de Oliveira

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Valor da ação: R\$11.812,50 - Classe: Procedimento Comum

(-) Desconto/Abatimento

(+ Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

236,25

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

Guia: 001.0119504-20

Endereço:

Secretaria da 3ª Vara Cível

Código de Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Recebimento através do cheque nº

do banco

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo

banco sacado.



| 001-9 |

FICHA DE CAIXA

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121				Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6		Data de Vencimento 12/12/2020	
Data do Documento 13/10/2020	Nr. Documento 0704359-81.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 13/10/2020		Nosso-Número 28490980000084560	
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor		(-) Valor do Documento 236,25	

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida.
APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.

Autor: Carlos Simão de Oliveira

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Valor da ação: R\$11.812,50 - Classe: Procedimento Comum

(-) Desconto/Abatimento

(+ Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

236,25

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

Guia: 001.0119504-20

Endereço:

Secretaria da 3ª Vara Cível

Código de Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

| 001-9 |

00190.00009 02849.098005 00084.560176 5 84670000023625

Local de Pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br						Data de Vencimento 12/12/2020	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121						Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6	
Data do Documento 13/10/2020	Nr. Documento 0704359-81.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 13/10/2020		Nosso-Número 28490980000084560	
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor		(-) Valor do Documento 236,25	

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida.
APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.

Autor: Carlos Simão de Oliveira

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Valor da ação: R\$11.812,50 - Classe: Procedimento Comum

(-) Desconto/Abatimento

(+ Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

236,25

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

Guia: 001.0119504-20

Endereço:

Secretaria da 3ª Vara Cível

Código de Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

16/10/2020 - BANCO DO BRASIL - 16:44:12
125101251 0020

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

=====

BANCO DO BRASIL

00190000090284909800500084560176584670000023625

BENEFICIARIO:

TRIBUNAL JUSTICA ESTADO ACRE

NOME FANTASIA:

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AC

CNPJ: 04.034.872/0001-21

PAGADOR:

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO

CNPJ: 04.034.872/0001-21

NR. DOCUMENTO 101.602

NOSSO NUMERO 28490980000084560

CONVENIO 02849098

DATA DE VENCIMENTO 12/12/2020

DATA DO PAGAMENTO 16/10/2020

VALOR DO DOCUMENTO 236,25

VALOR COBRADO 236,25

=====

NR.AUTENTICACAO C.D2A.647.6A3.6EA.D44

=====

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.